

Programas de pós-graduação profissionais: por que precisamos deles?

RITA BARRADAS BARATA

Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo (FCMSCSP)

rita.barradasbarata@gmail.com

Professora Adjunta
de Epidemiologia no
Departamento de Saúde
Coletiva da Faculdade
de Ciências Médicas
da Santa Casa de São
Paulo. Ex-Diretora de
Avaliação da CAPES.
Currículo Lattes disponível
em: [http://lattes.cnpq.
br/2280062846829854](http://lattes.cnpq.br/2280062846829854)

Inicialmente gostaria de agradecer o convite dos editores e a oportunidade de comentar o excelente “documento para discussão de políticas” elaborado pelo Professor Pedro Lincoln de Mattos a cerca de aspectos muito relevantes da pós-graduação profissional no país.

Podemos considerar que o primeiro documento oficial específico sobre essa modalidade de formação pós-graduada foi o chamado parecer Sucupira do Conselho de Educação Superior de dezembro de 1965. Neste documento o Conselho apresenta três motivos para a instituição do sistema nacional de pós-graduação: a necessidade de formar professores para o ensino superior com a titulação acadêmica compatível a este nível de ensino; estimular o desenvolvimento da pesquisa científica no país e assegurar a formação de técnicos e profissionais de alto padrão para fazer face às necessidades do desenvolvimento nacional em todos os setores.

No mesmo documento a comissão afirma que “é comum se distinguirem os graus acadêmicos e de pesquisa e os graus profissionais” fazendo referência aqui à distinção utilizada em países europeus e principalmente norte-americanos entre o PhD (Doutor em Filosofia) e a titulação de “doutor em”, destinado às áreas profissionais.

Tornando mais explícita a concepção daqueles que compunham o Conselho, o parecer estabelece que o doutorado acadêmico deveria se articular a quatro grandes áreas do conhecimento: Letras, Ciências Naturais (Exatas e Biológicas), Ciências Humanas e Filosofia, enquanto os doutorados profissionais teriam a designação dos cursos correspondentes: em Engenharia, em Medicina, em Economia e assim por diante.

Assim, nada levaria a crer que o sistema de pós-graduação brasileiro devesse apresentar os vícios de origem, tão bem assinalados no artigo do Professor Mattos. Poderíamos assim nos perguntar por que o rumo efetivamente tomado pelo sistema se distanciou tanto das intenções exaradas no parecer.

Creio que há uma série de aspectos que de algum modo contribuíram para que na prática o sistema tenha sido tão profundamente enviesado para o polo acadêmico, omitindo completamente a preocupação com o polo profissional. Podemos mencionar desde um aspecto cultural, relacionado ao relativo menosprezo que as elites ilustradas da Península Ibérica demonstraram sempre face ao trabalho manual e a técnica, valorizando sobremaneira o trabalho intelectual e a erudição, comportamento esse, quem sabe, motivado pelo sistema escravocrata instituídos por Espanha e Portugal em suas colônias ultramarinas. Mas, provavelmente um motivo mais próximo e presente na década de 1970 tem a ver com a própria forma de organização da universidade brasileira, da qual o sistema de pós-graduação só poderia ser um reflexo.

Inicialmente, seguindo ainda a influência europeia do cultivo da erudição e da reflexão teórica, muitos programas tanto nos cursos de mestrado quanto no doutorado, deram enorme importância a uma sólida formação teórica mais do que metodológica, o que provocou a existência de mestrados com longos anos de duração e altas taxas de abandono e, fez do doutorado uma titulação tardia na carreira acadêmica, principalmente das áreas mais aplicadas.

A grande virada, da formação para a docência no ensino superior para a produção acelerada de conhecimentos científicos, agora sob a enorme influência do modelo norte-americano, deu-se já na década de 1990, momento que coincide com grande expansão do sistema, encurtamento dos prazos para o mestrado e aceleração da formação doutoral. No final dessa década vamos ter a retomada institucional, pela CAPES, da modalidade profissional para o mestrado, tentando de alguma maneira trazer para o interior da universidade a preocupação com a formação pós-graduada de profissionais nas mais diversas áreas do conhecimento, colocando ênfase na solução de problemas do mundo do trabalho.

Apesar da resolução de 1995, ainda se passarão vários anos antes de que a comunidade científica considere a possibilidade de que tal formação seja necessária e equivalente em termos formais aos cursos acadêmicos. Praticamente só a partir do ano 2000 começam a ser aprovadas as propostas com essa vocação.

Seria o mestrado profissional uma das nossas “jaboticabas” ou, na realidade, é o nosso mestrado acadêmico na atual configuração, aquele que melhor se adequaria e essa qualificação? Atuando em ambas as modalidades é possível perceber nitidamente a insuficiência da formação hoje oferecida nos chamados mestrados acadêmicos. Eles não conseguem fornecer aos alunos as bases teóricas fundamentais e nem a competência metodológica que se esperaria. Em poucos 24 meses, pouco os programas conseguem fazer, principalmente tendo em conta a deterioração que o ensino, nos níveis anteriores de formação, tem sofrido ao longo dos anos.

Os programas profissionais que tem como alunos, efetivamente, pessoas que já estão na prática profissional e que portanto, sentem a necessidade de melhorar sua formação para fazer face aos problemas que o próprio trabalho apresenta cotidianamente, permitem diferenciar as turmas em relação a sua motivação, engajamento e capacidade de incorporação de conhecimentos e métodos que ganham sentido quando trabalhados tendo como objeto os problemas práticos, daquelas dos cursos acadêmicos constituídas majoritariamente por alunos recém-egressos dos cursos de graduação, sem qualquer experiência profissional.

Podemos utilizar o esquema proposto por Donald Stokes no livro “O quadrante de Pasteur” para identificar os diferentes domínios da pesquisa. O autor elaborou o esquema a partir de dois eixos fundamentais: a produção de conhecimentos teóricos e a produção de conhecimentos voltados à solução de problemas. Assim, pelo cruzamento dos dois eixos ele define três espaços de pesquisa: a pesquisa básica na qual o objetivo primário é produzir conhecimentos sem compromisso imediato com a solução de problemas; a pesquisa estratégica que tanto visa a produção de conhecimentos quanto a solução de problemas práticos e a pesquisa tecnológica que não tem preocupação explícita com a produção de conhecimentos acadêmicos mas que busca novas maneiras de solucionar problemas e de produzir inovações. Ao primeiro quadrante ele atribuiu o nome do cientista Bohr, ao segundo o nome de Pasteur e ao terceiro o de Thomas Edison.

Se utilizarmos esse esquema poderemos facilmente identificar que determinados campos de conhecimento produzem principalmente a pesquisa básica ou propriamente acadêmica como por exemplo a Física, a Astronomia, a Química, a Matemática, as Ciências Biológicas e as Ciências Humanas. Outros campos, entretanto, produzem principalmente a pesquisa estratégica, ou seja, tanto ampliam o conhecimento quanto seus resultados aspiram a solucionar problemas concretos como é o caso das Ciências da Saúde, das Engenharias, das Ciências Agrárias e as Ciências Sociais Aplicadas. Mas, o quadrante da produção tecnológica praticamente não é atendido pelas pesquisas desenvolvidas nas universidades, havendo evidentemente algumas exceções. A pesquisa tecnológica, em outros países é desenvolvida fundamentalmente em institutos de pesquisa e nos setores de pesquisa das indústrias ou de outros setores econômicos, em parceria ou não com universidades.

Voltando à questão da produção no âmbito dos programas de pós-graduação é possível traçar uma divisória pela qual aos programas ditos acadêmicos corresponderiam produtos tanto no quadrante da pesquisa básica quanto da pesquisa estratégica dependendo da vocação de cada instituição e do campo científico em questão. Já aos programas profissionais caberiam os quadrantes da pesquisa estratégica e da pesquisa tecnológica. Portanto, há em torno das pesquisas estratégicas claramente um imbricamento entre as duas modalidades.

No nosso país o grande desafio está no desenvolvimento da pesquisa tecnológica que esbarra nas características da universidade, por um lado, e por outro, no total desinteresse e despreparo dos chamados setores produtivos em financiarem ou desenvolverem pesquisa. Daí a enorme dificuldade no âmbito dos programas e entre as comissões de avaliação da

CAPES em desenvolverem critérios avaliativos para produções tão distintas daquelas com as quais docentes e pesquisadores estão mais acostumados. A criação dos Institutos Federais de Ciência e Tecnologia, que tinham como objetivo primordial preencher essa lacuna, não logrou esse objetivo visto que rapidamente eles se redefiniram, copiando a estrutura das universidades passando a ministrar cursos acadêmicos.

As amarras institucionais aliadas às resistências dos docentes em conceber novos tipos de formação pós-graduada, articulando o mundo do trabalho ao mundo acadêmico impõem sérias restrições ao desenvolvimento dos programas profissionais. Há pelo menos 15 anos o ITA desenvolve um programa articulado com a EMBRAER para formar engenheiros aeroespaciais, a meu ver com bastante sucesso a ponto da Boeing ao se interessar pela compra da empresa brasileira procurar se assegurar de que o programa teria continuidade. Pois bem, o penúltimo presidente da CAPES, professor do ITA, se posicionou de maneira contrária aos programas profissionais tendo sido pressionado pelos membros do CTC e do Conselho Superior a respeitar a portaria vigente que garante essa modalidade no sistema nacional de pós-graduação.

Mais importante do que diferenciar os programas profissionais dos programas acadêmicos é diferenciá-los da pós-graduação *sensu lato*, ou seja, dos cursos de especialização. Na área da saúde a existência da Residência permite diferenciar claramente uma forma da outra. Nos programas de residência os profissionais de saúde, recém egressos dos cursos de graduação irão fundamentalmente receber um treinamento em serviço, supervisionado por profissionais já inseridos no mercado de trabalho, de modo a desenvolver uma especialização. Não há nenhum conteúdo de formação para a pesquisa nesses programas ainda que exista um TCC previsto. Já nos programas de pós-graduação *sensu stricto* na modalidade profissional, os conteúdos necessários para desenvolver pesquisas estratégicas ou desenvolver tecnologias é obrigatório.

A portaria da CAPES prevê a realização de estágios em locais fora da universidade e incorporação ao corpo docente de profissionais altamente capacitados em seus respectivos campos de atuação, mas a maioria dos programas não utiliza esses recursos seja pelas dificuldades burocráticas e administrativas das instituições de ensino superior, seja por receio da avaliação dos programas pela CAPES.

O aspecto referente à forma de atuação da CAPES, na qual efetivamente os coordenadores de área e suas comissões de avaliação exercem grande influência na determinação da política, decidindo de forma autônoma as diretrizes para as suas áreas de atuação, deve ser visto mais como uma vantagem do que desvantagem, tendo em vista a nossa enorme instabilidade política e a ausência completa, na maioria dos governantes, de uma visão estratégica para o país. Se por um lado, essa característica torna mais lenta e mais difícil a implementação de muitas mudanças que seriam benéficas ao desenvolvimento do sistema, por outro ela é fundamental na defesa dos avanços já conquistados diante de fases difíceis em relação à política do Ministério da Educação e às vezes da própria presidência da CAPES, como ocorre no momento atual.

O sistema nacional de pós-graduação está em uma encruzilhada no que se refere a mudanças mais substanciais no sistema de avaliação. Há vários anos vem se acumulando a insatisfação com o modelo atual. O crescimento exponencial dos programas e das propostas de cursos novos levou, pelo menos nos últimos 15 anos a um excesso no uso de indicadores quantitativos, a maioria deles bastante formais, para balizar o processo de avaliação, tornando cada vez mais difícil uma análise mais qualitativa. No momento há um grande esforço por parte dos coordenadores de área, do CTC e da diretoria de avaliação, para introduzir algumas mudanças que poderiam melhorar o processo, a despeito do ambiente político pouco propício. A pandemia da COVID 19, entretanto, certamente criará muita dificuldade para o cumprimento do cronograma que se havia traçado nessa direção pondo em risco até a avaliação quadrienal de 2021. Particularmente, na avaliação dos programas profissionais já tivemos um retrocesso, visto que nas avaliações anteriores utilizamos instrumentos de avaliação distintos, comissões

separadas e inclusive momentos separados para a avaliação de cada uma das modalidades. Atualmente está prevista uma única ficha, com os mesmos quesitos avaliativos ainda que com pesos distintos para cada indicador.

Antes de concluir esse comentário gostaria de comentar rapidamente algumas das propostas apresentadas pelo Professor Mattos. A ideia de apenas um programa vem sendo discutida em algumas áreas como uma alternativa mais flexível ao modelo atual, porém há ainda alguma preocupação em relação ao processo de avaliação. Uma das alternativas que foi encaminhada à CAPES por um grupo da Academia Brasileira de Ciências, como subsídio às mudanças no sistema, propunha que os programas pudessem ser agregados por suas vocações e assim haveria maior homogeneidade na hora de estabelecer as comparações.

A ideia de que o mestrado deveria ser por excelência profissional também é algo com o qual muitos concordam o que nos levaria a rever a existência do mestrado acadêmico pelo menos como titulação terminal. Nos parece que na atual conjuntura, para a maioria das áreas de conhecimento ele só faz sentido como uma etapa de desenvolvimento do doutorado, não devendo constituir um curso em si. Mas, essa ideia ainda não encontra adeptos em muitas das áreas e principalmente entre as instituições de ensino sem condições de oferta de doutorado. Finalmente, quanto ao doutorado profissional, se ele for retomado na perspectiva do parecer Sucupira e naquela que hoje predomina em universidades europeias e norte-americanas ele faz sim bastante sentido. É a modalidade que deve ser oferecida para os profissionais que necessitam da formação em pesquisa, mas que não pretendem se tornarem pesquisadores profissionais. Não por acaso, essa é a modalidade de formação pós-graduada que apresenta o maior crescimento nos países desenvolvidos.

Como grande defensora e adepta das modalidades profissionais, há muito tempo, acredito que na medida em que possamos renovar a universidade brasileira, desburocratizar as formas de articulação delas com os setores produtivos, tornar mais flexível e menos normativo o processo de avaliação, encontraremos o caminho para cumprir dois objetivos importantes da formação universitária: preparar docentes e pesquisadores com perfil acadêmico e formar profissionais altamente capacitados para ajudar o país nos desafios cada vez mais complexos do desenvolvimento.

Pelo menos nos últimos 70 anos, como sociedade, adoramos copiar os modelos norte-americanos, tanto em aspectos positivos quanto em outros bastante negativos, seria bom tentarmos nos inspirar nos modelos educacionais, bastante mais adequados que os nossos, e assim superar essa falsa dicotomia entre formação acadêmica e formação profissional.